

IMPLANTAÇÃO DE HORTAS AGROECOLÓGICAS UNINDO JUVENTUDES NO ESPAÇO ESCOLAR PÚBLICO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCAÇÃO NO CAMPO, NA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO TOMÉ, CAMPO FORMOSO, BAHIA

[\[ver artigo online\]](#)

Samuel Cronemberger Caffé¹
Samuel Horácio de Oliveira²
Ana Glícia dos Santos Santana³

Resumo

O presente artigo trata-se de um relato de experiência técnica com o propósito de apresentar uma vivência na comunidade quilombola de São Tomé, localidade da zona rural de Campo Formoso-Bahia, distando 34,6 km em linha do centro da cidade, com a implantação de uma horta comunitária em uma escola rural baseada nos princípios agroecológicos. O espaço é um canteiro construído anteriormente por jovens rurais, alunos matriculados no Colégio Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para a produção de hortaliças, mas que não tinha sido dada manutenção adequada à essa importante atividade extra-curricular. Por sua vez, o Instituto de Desenvolvimento Social e Agrário (IDESA), entidade de ATER contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – SDR/Bahiater, vem atuando na localidade em parceria com a direção da escola. O diálogo constante entre essa parceria sobre como desenvolver atividades rurais para juventude da referida escola resultou na decisão conjunta de revitalizar a referida horta para produção de hortaliças orgânicas, com o objetivo de proporcionar aos jovens estudantes, no ano letivo 2020, a realização de uma atividade de extensão rural tendo relação direta com o meio ambiente, o uso, o manejo e a conservação dos solos, possibilitando, assim, uma experiência didática de cuidado da terra e de valorização dos recursos naturais locais de maneira produtiva e de economia doméstica, além de promover a sustentabilidade de parte da alimentação escolar por meio da produção agroecológica local.

Palavras-chave: agroecologia; escola pública quilombola e extensão rural.

¹ Graduado em Administração pela Faculdade Ruy Barbosa. Licenciado em Sociologia Segunda Graduação Curso Prodcente - Faculdade de Candeias. MBA em Gerenciamento de Projetos – PMI Curso de Pós Graduação Faculdade Ruy Barbosa Grupo Devry. Especialista pela UNIVAF-Petrolina em Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias. Mestrando no Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural/PPGExR – Univasf., e-mail: samuelcaffe@gmail.com.

² Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Gestão Pública pela UNIVAF. Mestrando no Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural/PPGExR – Univasf, e-mail: samuel_horacio@hotmail.com.

³ Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade do Estado da Bahia em Juazeiro. Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal do Vale do São Francisco em Petrolina, e-mail: ana.glicia@hotmail.com.

IMPLEMENTATION OF AGROECOLOGICAL PLANTS UNITING YOUTHS IN THE PUBLIC SCHOOL SPACE: AN INITIAL EDUCATION TRAINING EXPERIENCE IN THE FIELD, AT THE MUNICIPAL SCHOOL NOSSA Senhora DO PERPÉTUO SOCORRO, IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF SÃO TOMÉ, CAMPO FORMOSO, BAHIA

Abstract

This article is an account of technical experience with the purpose of presenting an experience in the quilombola community of São Tomé, a town located in the rural area of Campo Formoso-Bahia, 34.6 km in line from the city center, with the implementation of a community garden in a rural school based on agroecological principles. The space is a construction site previously built by rural youths of the College Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro to produce vegetables, but this important school activity was not maintained. The Institute of Social and Agrarian Development (IDESIA), an ATER entity hired by the Secretariat for Rural Development and the Bahian Superintendence for Technical Assistance and Rural Extension - Bahiater works in partnership with the school management, which is in constant dialogue on how to develop rural activities for the youth of the aforementioned. the school jointly decided to revitalize the aforementioned space for the production of organic vegetables in order to provide the young students of this academic year 2020 with a rural extension activity that has a direct relationship with the environment and soil, enabling an experience of caring for the land and valorization of local natural resources in a productive and sustainable way, in addition to promoting the sustainability of part of school meals through the production carried out in this place.

Keywords: agroecology; quilombo public school and rural extension.

INTRODUÇÃO

Dentre as variadas experiências práticas de Ater no âmbito do contrato Povos e Comunidades Tradicionais – PCT nº 006/2017, o presente relato tem o propósito de mostrar uma experiência agroecológica voltada à juventude rural quilombola em que os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do IDESA se fazem presentes na comunidade quilombola de São Tomé, no município de Campo Formoso, dando suporte técnico na operacionalização da chamada pública nº 002/2016 - SDR/BAHIATER/SEPROMI, no semiárido baiano (lote 04), visando o fortalecimento da agricultura familiar quilombola, segundo as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010).

A documentação desse relato de experiências de Ater, abordando juventude rural no âmbito escolar, tem o objetivo de dar visibilidade às riquezas de iniciativas e realizações da Ater Quilombola no Semiárido Baiano, ao longo de 12 anos de implementação da PNATER. Ao mesmo tempo oferece uma demonstração inequívoca da competência e qualidade técnica da Extensão Rural do IDESA, que é um instituto sem fins lucrativos, localizado no interior do estado da Bahia, que proporciona os serviços de Ater há mais de 33 anos no Nordeste brasileiro, em especial no Estado da Bahia, em cuja trajetória mostra-se ser capaz de inovar e criar as condições necessárias para melhorar e aumentar a produção de alimentos saudáveis, inserir os agricultores familiares quilombolas na economia, gerar ocupação e renda a partir das potencialidades locais e regionais, promover a segurança alimentar e nutricional, e melhorar as condições de vida no campo.

A experiência ainda contribui diretamente para a ideia genuína da extensão rural agroecológica, levando mecanismos de conhecimento que proporcionam o desenvolvimento e expansão das atividades no campo, seguindo os princípios agroecológicos.

A agroecologia se traduz na cultura da produção de alimentos de boa qualidade, livre de defensivos, com a adoção de rotação de culturas e uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais. Lembrando que o Decreto Federal nº 7794/2012 instituiu a política nacional de agroecologia e produção orgânica, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, projetos e ações indutoras da transição agroecológica contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção textual e apresentação dos dados da experiência ora relatada foi utilizado como procedimentos metodológicos a observação participante, que consiste, segundo Moreira (2002, p. 52), em “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”. Dessa forma, a coleta das informações se deu por meio de entrevista e observação da rotina dos dirigentes vinculados à diretoria da escola local, estudantes (jovens) e extensionistas do IDESA durante a implantação do Projeto Horta na Escola.

3 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Antes propriamente de relatar a experiência da horta escola na comunidade quilombola de São Tomé, é necessário situá-la no quadro geral da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Com efeito, com o objetivo de auxiliar no enfrentamento do problema da alimentação precária, além de articular um projeto que modifique as condições de nutrição e assegure o direito à alimentação adequada às comunidades tradicionais, foi concebido e implementado o Projeto Horta Escola.

O Projeto Horta Escola se constitui numa microeconomia auxiliar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é o maior programa de alimentação e nutrição do país, e tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos, mediante a oferta de suplementação alimentar, durante sua permanência em sala de aula, através da transferência direta de recursos federais aos estados e municípios.

O PNAE apresenta especificidades com relação às comunidades tradicionais, como por exemplo: maior valor per capita do recurso repassado; cardápio deve alcançar 30% das necessidades nutricionais diárias, superior em 10% ao estipulado aos demais estudantes. Por sua vez, a resolução 38/2009 de FNDE estabelece que, no mínimo, 30% deste recurso sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diversificados, diretamente da Agricultura Familiar, priorizando as comunidades tradicionais, dentre elas, as comunidades quilombolas.

A aquisição desses alimentos é viabilizada através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que permite a compra direta, sem a necessidade de licitação, além de

promover e aumentar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares e agricultores agroecológicos.

O PAA é executado com recursos Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Política Agrícola, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em parceria com estados e municípios. Este programa de aquisição de alimentos é de extraordinária importância para a economia regional e local, pois, ao mesmo tempo em busca fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar – com o incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos – também procura efetivar a segurança alimentar de parte da população que ainda vive em situação de risco nutricional.

Com relação as modalidades de alimentos que são adquiridos por esses programas, o PAA não impõe restrições iniciais. Entretanto, o único limitante é que os produtos estejam discriminados previamente na proposta aprovada pelos órgãos gestores do programa. Já no PNAE são adquiridos alimentos enquadrados no cardápio elaborado nutricionalmente pelo município e/ou estado.

Em tempo de incertezas advindas da pandemia da COVID-19, torna-se necessário construir momentos de diálogo com os agentes envolvidos com políticas públicas voltadas a agricultura familiar e as hortas escolares sobre os caminhos da segurança alimentar e nutricional, com ênfase no PAA e outras soluções emergenciais contra a carência alimentar, nessa conjuntura difícil de isolamento social por recomendações sanitárias.

Com a pandemia e seus efeitos econômicos nefastos, o Brasil marcha para voltar ao Mapa da Fome⁴, segundo opinião do economista Daniel Balaban, chefe do escritório brasileiro do Programa Mundial de Alimentos da ONU. O Brasil apresenta atualmente uma quantidade expressiva de pessoas na faixa de extrema pobreza, as quais recebem menos de US\$ 1,90 por dia. No país, estima-se que cerca de 5,4 milhões de pessoas caiam no poço fundo da extrema pobreza em razão da pandemia. O total chegaria aproximadamente a 7 milhões ao final de 2020, ou 7% da população.

As ações das políticas públicas para a saída do Brasil do Mapa da Fome perderam força com a reorganização e/ou extinção de instituições públicas federais implementadas, sobretudo, no governo Temer e primeiro semestre de governo Bolsonaro, com a redução do orçamento de políticas agrárias e agrícolas voltadas à agricultura familiar e de transferência

⁴ Somente integram o Mapa da Fome países com mais de 5% da população em pobreza extrema, levando em conta anos anteriores.

social de renda, que agravou indicadores sociais, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza.

Em sentido inverso à política do governo federal, o estado da Bahia vem executando o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, através da Secretaria Estadual da Educação, por meio da Coordenação Executiva de Projetos Estratégicos da Educação, o qual tem por objetivo estimular a implantação de hortas nas unidades escolares, como uma das estratégias para inclusão de propostas de sustentabilidade socioambiental, além de fortalecer a participação da juventude baiana na implementação das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental.

Diferentes pedagogos têm opiniões que convergem com a afirmação de que a implantação de horta escolar viabiliza ações importantes no processo de aprendizagem, como por exemplo: debates, estudos e pesquisas sobre as questões ambientais, alimentares e nutricionais; proporciona um trabalho produtivo e participativo, promovendo descobertas e múltiplas aprendizagens, permitindo o envolvimento e a expansão do pensamento crítico dos estudantes, influenciando em sua forma de agir frente às questões alimentares e socioambientais.

Além disso, as hortas ainda podem contribuir para a inserção da comunidade local, trazendo para o projeto hortas escolares os pais e familiares dos estudantes e, por conseguinte, o fortalecimento dos laços escola e família no âmbito comunitário e uma perspectiva de futura profissionalização na arte de cultivar alimentos.

Conforme anteriormente citado, o IDESA é uma entidade prestadora de serviço de Ater, com contrato vigente com a SDR/BAHIATER para realização de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do referido instituto nas comunidades quilombolas⁵ do município de Campo Formoso, estado da Bahia.

Com base nas certidões expedidas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, as comunidades remanescentes de quilombos atualizadas até a portaria nº 146/2017, publicada no D.O. de 25/04/2017, no município de Campo Formoso, totalizam 21 comunidades quilombolas reconhecidas.

⁵ Segundo o ex-Ministério da Cidadania, as comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Comunidades quilombolas constituem grupos de indivíduos, cuja descendência tem relação com grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

As condições socioeconômicas da população das comunidades quilombolas do município de Campo Formoso, em particular da comunidade de São Tomé, objeto do presente artigo, são consideradas de pobreza absoluta a moderada, principalmente no que concerne à segurança alimentar, ao acesso ao emprego formal e às atividades de geração de renda, ao acesso a saúde e a educação, colocando famílias inteiras à margem da economia oficial.

É voz corrente, que a comunidade São Tomé foi constituída após a abolição da escravidão, quando as famílias proprietárias de negros, que trabalhavam nas minas de ouro de Jacobina, lhes deram tarefas de terra de onde surgiu este povoado.

A agricultura sempre foi uma atividade desenvolvida pelos moradores desse quilombo e bancava o seu modo de sustentabilidade. Na atualidade, os quilombolas habitantes de São Tomé procuram manter-se unidos e valorizar suas tradições culturais, religiosas e o cuidado com a terra. Agricultoras familiares da Associação das Mulheres Quilombolas de São Tomé produzem alimentos de base agroecológica. Também cultivam hortaliças, frutas e produzem artesanato, que são comercializados diretamente em feiras locais ou através de intermediários comerciais varejistas.

A escola em referência está situada no território quilombola de São Tomé, de sorte que a aproximação da escola com o IDESA foi por iniciativa da própria comunidade escolar, que, tendo conhecimento dos propósitos da instituição, dos serviços de Ater prestados na comunidade e da relação dialógica com a comunidade, sugeriu a implantação de um projeto de cultivo de horta para a comunidade juvenil da escola, vislumbrando benefícios sociais, econômicos, políticos e afirmação de identidade étnica.

A importância da referida escola no ensino fundamental, voltado para crianças e jovens na comunidade quilombola, repousa no papel de aliada na construção e reconstrução da valorização das identidades quilombolas, como também pela sua legitimação, formando cidadãos conscientes de suas histórias e de seus direitos.

A escola, portanto, se configura com a prática de agregar valor à realidade cultural de seus educandos. Entretanto, segundo o Censo Escolar de 2018, constatou-se um relativo índice de abandono e reprovação de alunos nas escolas públicas do povoado de São Tomé, fatos esses que contribuem diretamente para distorções entre idade e série.

Com o propósito de introduzir novas estratégias de aprendizado na escola, em outubro de 2019, a direção do Colégio Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro esteve no escritório de Ater do IDESA, onde, em reunião de trabalho, foi desenvolvido conjuntamente o

projeto da revitalização da horta na escola. Esse colégio tinha então 129 estudantes matriculados e distribuídos entre a 1ª e 5ª séries, antes da pandemia COVID-19.

O projeto horta na comunidade quilombola de São Tomé utiliza o mesmo espaço de um canteiro construído anteriormente para a produção de hortaliças, mas que não foi efetivada a atividade. Esse espaço tem 7,4 metros de comprimento por 2,6 m de largura e 2 m de altura para a cobertura com telas sombrites, totalizando 12m de comprimento x 6m de largura.

As hortas comunitárias de uma maneira geral são criadas e desenvolvidas com o propósito de atender a qualidade de vida das pessoas e na geração de renda das famílias envolvidas. A horta comunitária vem trazendo resultados satisfatórios e sustentáveis, por proporcionar uma alimentação mais saudável e a reciclagem de materiais para a sua realização.

As hortas comunitárias ajudam no ensino dos jovens, questionando e procurando dar respostas para seguintes evidências, por exemplo:

- 1- Alimentação equilibrada e saudável contribui na prevenção de doenças;
- 2- Conservação e preservação do meio ambiente (não utilização de insumos químicos);
- 3- Maior e melhor qualidade de vida;
- 4- Produção sustentável e saudável;
- 5- Importância do trabalho em equipe;
- 6- Conservação, preservação e utilização do ambiente escolar;
- 7- Aquisição de conhecimento a respeito dos cuidados com o solo.

A exploração agrícola da horta é uma atividade de baixo custo tanto para a escola como para os estudantes. Contribui também para atender o autoconsumo com produtos naturais de boa qualidade, normalmente obtidos sem a utilização de agrotóxicos. Outro aspecto importante é a disciplina educação ambiental, que proporciona aos alunos conhecimentos sobre a agricultura orgânica, o perigo da utilização de agrotóxicos à saúde humana, aos animais e aos ecossistemas.

Para a comunidade quilombola, a horta escolar, além de pedagógica, é um empreendimento produtivo importante para combater a desnutrição e oferecer variedades na alimentação dos alunos. Nesse tipo de cultivo agrícola confinado, é possível plantar vegetais e hortaliças distintas, como as hortaliças: alface, couve, abóbora; temperos (coentro, salsa, cebolinha, tomate cereja, pimentão) e plantas medicinais (erva doce, boldo, hortelã, erva cidreira, arruda).

Visando capacitar os estudantes para conduzir os trabalhos na horta da escola, foram reunidos 25 (vinte e cinco) alunos do 5º ano, com idade entre dez a onze anos, jovens esses que são negros quilombolas, moradores da comunidade de São Tomé. O envolvimento de jovens quilombolas no projeto da horta foi efetivo. A capacitação cumpriu seus objetivos e foi facilitada pelos próprios alunos quilombolas, que se sentiram motivados.

Ademais, o quilombo, por sua própria natureza constitutiva e histórica, se constitui em um território potencialmente educativo, sendo, portanto, um território patrimonial que educa a resistência da população negra, a coexistência pacífica na comunidade, a solidariedade e a reelaboração da cultura afro-brasileira no contexto do semiárido baiano. O sentimento de resistência da população negra ao preconceito e ao racismo, que provocam exclusão social por ausência de oportunidades e acessos negados aos direitos mais básicos, impulsiona respostas políticas por parte da comunidade a essa situação.

Neste cenário, a educação ambiental com viés agroecológico no ensino fundamental rural se torna a principal arma política contra a pobreza rural, a insegurança alimentar, a dominação dos potentados locais, e as expropriações de direitos dos próprios quilombolas. Há de se considerar também que os jovens influenciam inclusive os pais, integra família e escola para transformações sociais, tornando as práticas uma prática constante na vida desses jovens e de sua própria comunidade.

É importante considerar que a educação ambiental integra conhecimentos diversos e relevantes nas áreas de educação formal e não formal, em que a política nacional de educação, regulada pela lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), prevê a obrigatoriedade de educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino.

A partir desses princípios, a capacitação no Colégio Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro se realizou pelo período de 30 dias, no qual foram desenvolvidas palestras, aulas teóricas e práticas, visitas técnicas, além de oficinas com onze profissionais do IDESA das áreas de ciências agrárias e afins.

Nesta capacitação se destacou em seu conteúdo por uma perfeita integração das práticas agroecológicas no aprendizado, em que o jovem é treinado a conviver no semiárido de acordo com sua realidade, empregando técnicas como a rotação de culturas, utilização de

sementes crioulas⁶, não uso de defensivos químicos agrícolas, utilização de compostagem, adoção de práticas de reciclagem de materiais utilizados, além da formação de lideranças em suas comunidades.

A horta escolar de São Tomé também pode capacitar os jovens, nos seguintes conteúdos:

- 1- Princípios básicos de negócios;
- 2- Importância da comunidade e administração;
- 3- Questões de sustentabilidade ambiental, com ênfase na reciclagem de materiais.

Com relação a reciclagem, os canteiros cercados com garrafas PET e pneus usados são uma oficina de ensinamento sobre decomposição de materiais e a importância da preservação do meio ambiente. Assim, conscientização sobre a conservação do meio ambiente e mudança de hábitos alimentares são os principais eixos do Projeto Horta Escola no quilombo de São Tomé.

Ainda serão ministradas outras oficinas e dias de campo em parceria com Ater, no âmbito do contrato nº 006/2017, firmado entre o IDESA/SDR/BAHIATER/SEPROMI, voltadas ao cuidado e manejo com a terra, plantio e adubação orgânica, o que facilitará o plantio da horta orgânica e os cuidados com a sua manutenção e funcionamento a longo prazo, além de incentivar a importância do trabalho coletivo e as práticas associativas.

A partir dessa capacitação, a relação da comunidade com os princípios agroecológicos se fortaleceu com a implantação da horta agroecológica. Assim, percebe-se a relação da comunidade escolar e a juventude rural com os fundamentos da agroecologia, que entende a terra como um sistema vivo, visando à promoção da biodiversidade e buscando a sustentabilidade social, ambiental e econômica (NEVES et al., 2000).

Focalizaram-se os cinco princípios básicos de agroecologia que o IDESA recomenda nas atividades de Ater para os agricultores familiares na implantação de seus roçados e em particular no Projeto da Horta Escola:

- 1) Resgate e valorização dos conhecimentos tradicionais dos agricultores;
- 2) Reciclagem de matéria orgânica;
- 3) Diversificação;

⁶ Segundo o IDESA, as sementes crioulas são aquelas sementes tradicionais, que foram conservadas e selecionadas por várias décadas pelos agricultores familiares de diferentes territórios e que não possuem restrição para a sua multiplicação.

- 4) Equilíbrio ecológico;
- 5) Planta bem nutrida adquirir resistência à maioria dos ataques de pragas e doenças.

O emprego desses conhecimentos da agroecologia viabiliza uma agricultura mais resiliente ao contrário de uma agricultura do establishment, que estabelece uma relação de dependência aos pacotes tecnológicos com uso de agroquímicos prejudiciais à saúde humana e o meio ambiente.

Nesse momento prático da capacitação, os estudantes (jovens rurais do Colégio Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) beneficiários do projeto de Ater receberam auxílio, por meio de capacitações técnicas de profissionais e visitas técnicas do Instituto de Desenvolvimento Social e Agrário do Semiárido (IDESA) para adoção das melhores práticas para manejo e cultivo da horta. Durante as visitas técnicas pode-se perceber que um dos grandes desafios foi a participação dos jovens nas tarefas da horta, já que poucos estudantes da referida escola tinham compromisso de produção e manutenção na horta anterior abandonada.

A horta iniciou com apenas poucas culturas e foi ampliando e diversificando até o preenchimento do canteiro. No processo do cultivo das hortas, a água aí utilizada é advinda da água da própria escola, que passa dentro da comunidade quilombola de São Tomé. Os insumos utilizados na compostagem são resto de cultura, capim, calcário, cinza (resto de queimadas), esterco de caprino e gado, burro e galinha.

Este processo natural é utilizado para que os frutos da terra se desenvolvam de forma adequada sem intervenção de fatores exógenos, promovendo o resultado real (produtividade ou rendimento físico) de acordo com as potencialidades das sementes e mudas dos produtos, da terra enriquecida por compostagem, do clima local e dos demais fatores naturais intervenientes.

É importante destacar que algumas evidências negativas foram observadas na alimentação da escola em São Tomé durante as visitas técnicas do IDESA, como o consumo de alimentos inadequados ao hábito dos estudantes quilombola. Nessas visitas técnicas, realizadas na comunidade para levantamento de dados e informações para elaboração do projeto da horta, verificou-se a presença de produtos industrializados alheios aos hábitos regionais, contrapondo-se ao grande potencial agrícola para produção de verduras e hortaliças que não estão presentes na alimentação escolar.

A respeito dessa invasão da indústria de alimentos nos modos de vida e variadas culturas acentua CANESQUI; GARCIA (2005, p. apud, SILVA, R.P.; BAPTISTA, S.R, 2016, p. 70):

A comida foi e ainda é um capítulo vital na história do capitalismo. Muito antes dos dias de hoje, o capitalismo procurou por toda parte transformar os antigos desejos por novos meios. As comidas têm histórias sociais, econômicas e simbólicas complexas, diz Sidney Wilfred Mintz (2001), e o gosto do ser humano pelas substâncias não é inato, forjando-se no tempo e entre os interesses econômicos, os poderes políticos, as necessidades nutricionais e os significados culturais.

A produção atual da horta escolar é em grande parte destinada ao consumo dos alunos, visando garantir parcela da alimentação escolar com produtos naturais e saudáveis. Assim, a estratégia adotada pela Assistência Técnica do IDESA teve como referencial essa unidade escolar, que foi convocada a garantir a oferta regular e permanente de alimentos com atenção à identidade cultural dos estudantes quilombolas.

É importante considerar, que essa contraposição entre produção agroecológica familiar de alimentos versus produtos alimentares processados pela indústria em escala nacional com venda no varejo nos mais recônditos rincões, é uma questão política e de política pública, a ser enfrentada pela sociedade organizada e consciente.

Desta forma, há intencionalidade política na postura do projeto sobre a conservação do meio ambiental local e na opção de cultivar produtos orgânicos destinados aos jovens da escola São Tomé e seus familiares para se alimentarem com “comida de verdade,” ressaltando inclusive as tradições culinárias e alimentares do quilombo.

Como apontam Silva e Baptista (2016, p. 71):

A valorização das cozinhas tradicionais se vincula ao reconhecimento de suas identidades e seus modos de vida. A comida pode ser então, um marcador identitário, que os grupos utilizam como “sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada”. Isso é muito mais do que uma lista de receitas específicas cristalizadas no tempo, mas toda uma maneira de lidar com a comida que muda conforme os grupos alteram sua forma de viver e interagir com o espaço. (SILVA, R.P.; BAPTISTA, S.R, 2016).

A perspectiva da criação de uma horta orgânica na escola proporciona aos estudantes ocupação através do trabalho em equipe, o manejo da terra e estimula a valorização social, bem como o voluntariado e o envolvimento dos estudantes no trabalho de condução da horta orgânica, melhorando da alimentação, saúde e o hábito de consumir alimentos saudáveis e

livres de agrotóxicos e resíduos químicos, resgatando assim, junto à comunidade o hábito de produção e consumo de alimentos saudáveis.

A maioria desses jovens estudantes são filhos e filhas de agricultores familiares, a partir do cultivo da horta escolar a equipe de técnicos do IDESA procurará motivá-los para que implantem no futuro imediato projetos de empreendimentos que mais se aproximem da sua realidade cotidiana, tais como: a própria horticultura, criação de pequenos animais, melhoria do quintal doméstico familiar, das frutíferas regionais, artesanatos, beneficiamentos agroindustriais, etc.

O processo da execução servirá de aprendizagem para outros jovens da comunidade e de outras comunidades quilombolas vizinhas. Por isso, se houver condições objetivas, a equipe técnica do IDESA que acompanha o Projeto Horta Escolar promoverá intercâmbio para que os jovens se visitem mutuamente para trocarem experiências e se animem com seus projetos de vida futura.

A partir da abordagem metodológica adotada na condução dos trabalhos na horta escolar, tem-se a expectativa que esse trabalho do IDESA com os/as jovens potencializará o conhecimento local; a interação entre conhecimento local e científico; a participação do público beneficiário e dos atores sociais; as parcerias; sistematização dos conhecimentos produzidos; e ações compartilhadas entre os setores de pesquisa e ater.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto vem trazendo resultados satisfatórios, por proporcionar práticas agroecológicas, uma alimentação mais saudável e ainda trabalhar com a juventude local a questão do reaproveitamento de insumos extraídos da própria natureza para a sua realização e manutenção e da reciclagem de materiais.

A horta comunitária escolar também ajuda no processo de ensino aprendizagem dos jovens, como: de onde vem o alimento, princípios básicos de negócios, importância da comunidade e administração, questões de sustentabilidade ambiental e capacidade de trabalho e de vida.

No que tange ao impacto do projeto na educação do jovem quilombola da comunidade em referência, pode-se destacar que a experiência desenvolveu uma compreensão crítica do meio ambiente, com posição participativa e social do coletivo para melhoria da qualidade de vida com conservação de seus recursos naturais, preservando a natureza histórica e cultural de

seus povos. A capacitação trabalhada no processo ensino/aprendizagem procurou fomentar as dimensões da realidade comunitária nessa horta, a fim de que as crianças fossem futuras células de modelo sistêmico agroecológico.

A capacitação realizada nessa ATER gerou ainda impactos econômicos, culturais, sociais e políticos, não somente entre os jovens, mas também na comunidade. No aspecto social por meio da educação integra família, crianças e seus pais, educadores e extensionistas, para uma melhor qualidade de vida, com fomento do coletivo, do respeito, e da diversidade.

No tecido cultural traz o resgate das tradições, da resistência histórica e da valorização da cultura afro-brasileira, que somente é compatível com as práticas agroecológicas, a preservação do patrimônio cultural, utilização de sementes crioulas, e na relação ensino/aprendizagem conviver com os conhecimentos historicamente construídos, considerando o universo de saberes populares, tradicionais e ancestrais dos quilombolas.

Os impactos socioeconômicos desenvolveram na juventude a consciência de uma produção agroecológica fomentadora de uma qualidade de vida melhor para a comunidade, aumentando a produção com menos insumos e sem defensivos, e principalmente preservando os recursos naturais, eliminando as desigualdades sociais e a insegurança alimentar.

Todos esses impactos interagindo de forma sistêmica geram o próprio impacto e consciência política juvenil, que alimenta o resgate da resistência, a visibilidade, a afirmação e o fortalecimento desses sujeitos em seu território, florescendo a partir da integração dos conceitos de sustentabilidade econômica, sustentabilidade social e sustentabilidade ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

O projeto integra assim questões sociais, econômicas, políticas, ambientais e de saúde, além de que promove a sustentabilidade de todo o corpo escolar e engajamento de educadores e educandos na realização das atividades.

A ideia é que as pessoas sejam conscientes sobre o que consomem, para assim entender a relação entre alimentação saudável, bem-estar e saúde, apreciando a partir de então, os benefícios trazidos através do consumo de hortaliças e demais alimentos produzidos sem a utilização de adubos e remédios químicos, além do incentivo ao consumo destas, que possuem vitaminas e sais minerais necessários ao desenvolvimento e bom funcionamento do corpo humano.

A comida que consumida da horta escolar, ao mesmo tempo é produto, capital social e econômico agregado, modo de vida e movimento político. Comer é um ato político porque poder escolher o que se come ainda é um privilégio que precisamos dar ênfase nesse importante projeto de ATER voltado para juventude do campo, implantando em parceria com as escolas do campo e as entidades de ATER da Bahia.

Os jovens estudantes Colégio Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro adquiriram com as práticas agroecológicas um capital social e econômico para a comunidade, sendo inspiração para afirmação, visibilidade e fortalecimento desse povo, caracterizando-se um movimento de resistência à produção tradicional, ao consumismo e ao agrotóxico, de forma que o processo de cultivo e permanência da horta vai de encontro à realidade do Brasil que utiliza anualmente 500 mil toneladas de agrotóxicos. (MELO, 2019), sendo também uma forma de política alternativa de resistência social e cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 20. 02. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 ao 2012. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm>. Acesso em: 20. 02. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 20. 02. 2020.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J. A. **Por uma nova extensão Rural fugindo da obsolescência**, in: CAPORAL, F.R. (Org.); COSTABEBER, José Antônio (Org.).

Agroecologia e Extensão Rural Sustentável: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. v.1. Capítulo I - pág. 5-15. Disponível em: < <http://frcaporal.blogspot.com.br/p/livros.html>> Acesso em: 20. 02. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/fao-cepal-milhoes-pessoas-podem-cair-extrema-pobreza-podem-passar-fome-2020-america>. Acesso em 20.07.2020.

EDUBLOG (2018). Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/114852-escola-nossa-senhora-do-perpetuo-socorro/censo-escolar>. Acesso em 20.03.2020.

MELO, Luísa. Brasil usa 500 mil toneladas de agrotóxicos por ano, mas quantidade pode ser reduzida, dizem especialistas. G1, São Paulo, 27 de maio de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/27/brasil-usa-500-mil-toneladas-de-agrotoxicos-por-ano-mas-quantidade-pode-ser-reduzida-dizem-especialistas.ghtml>>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

MOREIRA, D. (2002). O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thompson.

NEVES, M. C. P.; MEDEIROS, C. A. B.; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H.; RODRIGUES, H. R.; GUERRA, J. G. M.; NUNES, M. U. C.; CARDOSO, M. O.; RICCI, M. S. dos F.; SAMINÊZ, T. C. O. Agricultura orgânica: instrumento para sustentabilidade dos sistemas de produção e valorização de produtos agropecuários. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2000. 22 p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 122).

SILVA, R.P.; BAPTISTA, S.R. A comida em comunidades quilombolas: reflexões sobre saberes e mercados solidários. Ágora [ISSN 1982-6737]. Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>. Acesso em 20.03.2020.